

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO****REQUERIMENTO \_\_\_\_/2021****(Do Sr. Ênio Verri)**

Requer convocação do Ministro de Estado da Saúde.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, inciso IV, e no art. 219, inciso I, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro de Estado da Saúde, Senhor Marcelo Queiroga, para se posicionar sobre projetos de lei que estão tramitando nesta Comissão relacionados à gestão fiscal da área de saúde, especialmente o PL nº 2.044/2021 que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos destinados à vacinação contra a covid-19, assim como para prestar esclarecimentos sobre o processo da compra da vacina indiana COVAXIN, sob o enfoque orçamentário, financeiro, e de licitação e contratos.

**JUSTIFICAÇÃO**

Tramitam nesta Comissão vários projetos que tratam do planejamento e gestão fiscal da política de saúde que necessitam serem apreciados com urgência, sobretudo neste momento da pandemia em que vivemos.

Nesse sentido, a apreciação do PL nº 2.044/2021 que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos destinados à vacinação contra a covid-19 é de suma importância para a celeridade do combate a pandemia que hora se exige por parte do Poder Público.



Também ocorreu um fato novo, de grande relevância recentemente, amplamente divulgada pela mídia - que trata de denúncias sobre irregularidades no contrato firmado entre o Ministério da Saúde com a Precisa Medicamentos, representante do laboratório indiano responsável pela fabricação da vacina Covaxin no Brasil.

De acordo com o noticiário, o Presidente Jair Bolsonaro foi alertado, ainda em janeiro, pelo Deputado federal Luís Miranda (DEM-DF) sobre os indícios de irregularidades na contratação das vacinas. Entretanto, o contrato foi firmado por um valor 1.000% maior do era anunciado pela própria fabricante seis meses antes. Atualmente, o contrato é alvo de investigações pelo Ministério Público Federal.

O Ministério da Saúde fechou o contrato para a aquisição de 20 milhões de doses da Covaxin por R\$ 1,6 bilhão em 25 de fevereiro, o que representava, ao câmbio da época, cerca de US\$ 15,0 por dose, antes mesmo de assinar com a Pfizer e com a Janssen, por US\$ 10,0 a dose em ambos os casos. As duas fabricantes já concluíram os testes de seus imunizantes, enquanto os estudos de fase 3 da vacina indiana - a última etapa - ainda estão incompletos.

Trata-se de um processo de compra governamental que necessita ser esclarecido – seja por sua relevância no campo das políticas públicas, seja pelo volume significativo de recursos envolvidos.

Nesse contexto, propomos a convocação do Ministro de Estado da Saúde, Senhor Marcelo Queiroga, para se posicionar sobre matérias no campo da gestão fiscal da política de saúde que tramitam nesta Comissão, especialmente o PL nº 2.044/2021, e também para prestar esclarecimentos sobre o processo da compra da vacina indiana COVAXIN.

Por fim, vale pontuar que o presente requerimento prevê os esclarecimentos do Ministro da Saúde sob as óticas orçamentária,



financeira e das normas de licitação e contratos – enfoques que fazem parte do campo temático desta Comissão.

Em face do exposto, peço apoio dos meus pares para a aprovação do Requerimento sob comento.

Sala da Comissão, em 24 de junho de 2021.

Deputado Ênio Verri  
PT/PR

